



Excelentíssimo Senhor Candidato à Presidência da República,
Defensor de Oliveira Moura,

A **Associação República e Laicidade** decidiu dirigir-se aos candidatos à eleição presidencial de 23 de Janeiro próximo com o objectivo de conhecer, e posteriormente divulgar junto da opinião pública, o posicionamento dos candidatos perante as questões da República e da Laicidade.

Gostaríamos, portanto, que se pronunciasse sobre as seguintes questões.

1. A laicidade constitui um valor estruturante da sua acção política? Que questões considera prioritárias para o aprofundamento da laicidade no século XXI? Entende, nomeadamente, que os argumentos de origem puramente religiosa são relevantes no debate político?

2. A actual legislatura tem poderes de revisão constitucional. Como se posicionará perante uma revisão constitucional que pretenda retirar dos limites materiais de revisão constitucional a forma republicana de governo?

3. A **Associação República e Laicidade** considera que a escola pública, para além da sua função de transmissão de conhecimentos, deve ter um papel de formação para a cidadania. Gostaríamos de saber se entende que a escola pública cumpre actualmente esse papel, e se as escolas privadas, confessionais ou não, o poderão cumprir.

4. Considera satisfatória a formulação actual do sistema eleitoral? Concretamente, considera que deve persistir a associação dos círculos eleitorais

das eleições legislativas aos distritos, os presentes limites à repetição de mandatos eleitorais e a possibilidade de acumulação de mandatos municipais e nacionais? Como encara eventuais alterações ao sistema eleitoral para as eleições legislativas (círculos uninominais ou redução do número de deputados) que afectem a proporcionalidade da representação parlamentar?

5. A Lei da Liberdade Religiosa (Lei nº16/2001) estipula no nº2 do seu artigo 4º que «*nos actos oficiais e no protocolo de Estado será respeitado o princípio da não confessionalidade*». Gostaríamos de saber se será rigoroso na aplicação deste preceito, que no mandato do actual Presidente não foi respeitado, nomeadamente, na inauguração das instalações da RTP em 2007 (que incluíram, na presença do Presidente da República, cerimónias de cariz religioso) e nas cerimónias de celebração do 25 de Abril do mesmo ano (nas quais foi conferida a mesma dignidade aos ex-presidentes da República e a um representante de uma comunidade religiosa).

Ricardo Alves (Presidente da Direcção)

Associação República e Laicidade

Lisboa, 27 de Dezembro de 2010